DECRETO Nº 034
De 05 de outubro de 2007

Aprova o Regulamento Geral de Concursos para provimento de cargos no serviço público e emprego público do Município de Corumbataí do Sul.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, considerando a alínea “a” do inciso I, do artigo 61 e artigo 135 da Lei Orgânica do Município, e Leis Municipais nºs 070/1993, 107/95 e 389/2007, bem como as Leis Municipais nºs 313 e 314 de 2005 (Leis do emprego público).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Geral de Concursos, nos termos do anexo deste Decreto, para provimento de cargos no serviço público municipal, e emprego público municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “27 DE MAIO”
Corumbataí do Sul, 05 de outubro de 2007

Osney Picanço
Prefeito Municipal

REGULAMENTO GERAL DE CONCURSOS

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Os concursos para provimento de cargos no serviço público e provimento de emprego público existente no Município de Corumbataí do Sul, serão autorizados por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas, e do interesse e necessidade da Administração.

Art. 2º Os concursos serão de provas objetivas. Nos concursos para provimento de cargos do grupo ocupacional profissional, com requisito para provimento de curso de graduação haverá, também, prova de títulos.

Art. 3º O prazo de validade dos concursos será de até dois anos, a contar da publicação da homologação dos resultados no Órgão Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração Municipal.

Parágrafo Único. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado, com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo na carreira, ou emprego público.

Art. 4º A aprovação em concurso não gera direito a nomeação ou admissão, mas esta quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 5º Os concursos serão organizados, dirigidos e orientados por comissão designada para este fim, denominada Comissão Especial de Concurso (CEC).

Parágrafo Único. A comissão de que trata este artigo será constituída de, no mínimo, cinco membros, incluindo o Presidente, nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º Optando a Administração pela faculdade contida no art. 46 deste Regulamento, a organização, direção e orientação dos concursos serão de responsabilidade do órgão escolhido, ficando a comissão, a que se refere o artigo anterior, encarregada da supervisão geral.

CAPÍTULO II

Do Edital do Concurso

Art. 7º A Comissão Especial de Concurso (CEC) elaborará o Edital de cada concurso, do qual constará:

I - cargos a prover, com respectivo número de vagas, vencimentos, especificação, descrição sintética e carga horária;

II - documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição, indicando local e prazo para este procedimento;

III - requisitos especiais exigidos para o exercício do cargo;

IV - natureza, conteúdo e forma das provas, condições e época de sua realização, que não deverá ocorrer antes de dez dias após o encerramento das inscrições;

V - matérias sobre as quais versarão as provas de conhecimentos e respectivos programas ou, quando não comportarem programas, o nível de conhecimento exigido;

VI - valor relativo para cada uma das provas e critérios para determinação da média;

VII - valor e natureza dos títulos a serem considerados;

VIII - critérios especiais de desempate, quando for necessário mencionar, além dos critérios gerais estabelecidos neste Regulamento;

IX - outros informes julgados necessários.

Art. 8º Os prazos fixados no Edital poderão ser prorrogados, a juízo da Comissão Especial de Concurso (CEC), com anuência do Prefeito Municipal, mediante ato publicado no Órgão Oficial do Município, com antecedência mínima de três dias úteis.

CAPÍTULO III

Dos Candidatos

Art. 9º São requisitos básicos para o ingresso no serviço público:

- I - a nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da Lei;
- II - a idade mínima de dezoito anos;
- III - o gozo pleno dos direitos políticos;
- IV - a quitação com as obrigações eleitorais;
- V - a quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- VI - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- VII - a aptidão física e mental;
- VIII - não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal.

Art. 10. Os requisitos exigidos para cada cargo serão estabelecidos em função de sua natureza e das disposições legais e regulamentares disciplinadoras do assunto.

CAPÍTULO IV

Das Inscrições

Art. 11. A abertura de concurso far-se-á por edital que mencione o prazo de inscrição, nunca inferior a vinte dias úteis.

Art. 12. A inscrição será requerida pelo próprio candidato ou procurador legalmente habilitado por instrumento público ou particular, este com firma reconhecida, mediante o preenchimento da ficha de inscrição fornecida pelo órgão competente do município, quando for o caso, pelo órgão executor do concurso.

§ 1º A ficha de inscrição será recusada se não estiver corretamente preenchida ou apresentar qualquer emenda ou rasura.

§ 2º No ato da inscrição o candidato deverá apresentar juntamente com a ficha de inscrição, o comprovante de pagamento da inscrição.

§ 3º Para o cargo que exigir prova de títulos, além da ficha de inscrição e o comprovante de pagamento, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos para a referida prova.

§ 4º Não serão admitidas inscrições por via postal.

§ 5º Não será permitida, sob qualquer pretexto, inscrição condicional.

Art. 13. As inscrições somente serão aceitas mediante a comprovação do recolhimento de taxa paga a título de ressarcimento das despesas com materiais e serviços, mediante depósito com identificação do candidato em agência bancária ou na tesouraria do Município e valor a serem fixados pela Comissão Especial de Concurso (CEC).

Parágrafo Único. Em hipótese alguma haverá devolução da importância paga sob este título, exceto em se verificando recolhimento além do fixado.

Art. 14. Nos pedidos de inscrição por procuração deverão ser apresentados o instrumento do mandato, documento de identidade do procurador e os documentos mencionados no parágrafo § 2º do artigo 12 deste regulamento.

Art. 15. No ato da inscrição o candidato receberá um comprovante de identificação, sem a apresentação do qual, acompanhado da cédula de identidade ou demais documentos de identificação com foto, não será permitido o seu ingresso no local determinado para a realização das provas.

Art. 16. A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos fraudados, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das providências legais aplicáveis à espécie, a critério da administração.

Art. 17. A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções contidas neste Regulamento, no Edital e na aceitação expressa das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas.

Art. 18. Os pedidos de inscrição serão recebidos pelo Departamento de Recursos Humanos do Município de Corumbataí do Sul, sendo posteriormente encaminhados à Comissão Especial de Concurso (CEC), que decidirá sobre seu deferimento.

Art. 19. A relação dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas ou indeferidas será publicada no Órgão Oficial do Município.

§ 1º Do indeferimento caberá recurso no prazo de três dias úteis, a contar da data da publicação, à Comissão Especial de Concurso (CEC), que o julgará no prazo de cinco dias.

§ 2º Interposto o recurso e não julgado no prazo previsto no parágrafo anterior, o candidato poderá, se for o caso, participar condicionalmente das provas que se realizarem até a decisão, permanecendo no concurso se o apelo for provido, dele sendo excluído se indeferido.

CAPÍTULO V

Das Provas e dos Títulos

Art. 20. As provas conterão questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do cargo a que se refere o concurso.

Parágrafo Único - As provas serão realizadas em prazo não inferior a trinta dias do encerramento das inscrições.

Art. 21. As provas objetivas terão caráter eliminatório, considerando a nota mínima para habilitação estabelecida no § 1º do artigo 28.

Art. 22. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

Art. 23. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, salvo as fontes informativas que forem declaradas no Edital de cada concurso;

II - o uso de máquina calculadora, salvo nas hipóteses prevista no Edital do Concurso;

III - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia do fiscal.

Art. 24. As salas das provas serão fiscalizadas por pessoas especialmente designadas pela Comissão Especial de Concurso (CEC) ou órgão executor, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 25. Será excluído do concurso o candidato que incorrer em descortesia para com os executores do certame, fiscais designados ou autoridades presentes.

Art. 26. Nos concursos poderão ser considerados como títulos, exceto quando exigido pelo cargo:

- I - graduação;
- II - especialização em nível de pós-graduação;
- III - mestrado;
- IV - doutorado.

Parágrafo Único. Os títulos serão devidamente comprovados e deverão guardar direta relação com as atribuições dos cargos em concurso.

Art. 27. A documentação constante no artigo 26, para realização da prova de títulos, será entregue no ato da inscrição.

CAPÍTULO VI

Do Julgamento

Art. 28. As provas serão avaliadas na escala de zero a dez pontos.

§ 1º Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.

§ 2º Para os cargos que exigirem mais de uma prova, exceto a prova de títulos, a pontuação mínima de cada prova, necessária à habilitação do candidato, é 30% de seu valor total.

§ 3º A nota final será obtida, conforme critérios abaixo:

I - para os cargos que exigirem apenas provas objetivas, a nota final será a média aritmética das notas das provas.

II - para os cargos que exigirem provas objetivas e de títulos a nota final será a média ponderada entre a média aritmética das provas objetivas com a nota da prova de títulos.

Art. 29. Será estabelecido para cada concurso o critério de julgamento da valorização qualitativa e quantitativa dos títulos apresentados.

Parágrafo Único. Os pontos atribuídos aos títulos serão considerados exclusivamente para efeito de classificação.

Art. 30. As notas das provas e dos títulos, bem como a média aritmética das provas ou nota final, não sofrerão qualquer processo de aproximação ou arredondamento.

Art. 31. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes.

CAPÍTULO VII

Dos recursos

Art. 32. Quando da aplicação das provas, ocorrer irregularidade que possa afetar o seu resultado, poderá o candidato interpor recurso, devidamente fundamentado, à Comissão Especial de Concurso (CEC), até as 18:00 horas do segundo dia útil após a realização das provas, devendo antes comunicar o fiscal da sala para efetuar o registro em ata de ocorrência.

Art. 33. Concluída a avaliação das provas e dos títulos, publicar-se-ão as notas no Órgão Oficial do Município.

Art. 34. É assegurado ao candidato o direito de revisão de prova quanto a erro material, ou irregularidade na elaboração das questões das provas, por meio de recurso, em prazo não inferior a 05 (cinco) dias, contados da publicação do resultado.

Parágrafo Único. A Comissão Especial de Concurso (CEC) mediante decisão fundamentada, proferida no prazo de cinco dias, poderá, se for o caso, anular o concurso parcial ou totalmente, promovendo a apuração da responsabilidade.

Art. 35. Dos recursos e pedidos de revisão deverá constar a justificativa pormenorizada, sendo liminarmente indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiem em razões subjetivas ou os intempestivos.

Art. 36. Juntamente com a divulgação dos resultados a Comissão Especial de Concurso divulgará os gabaritos das provas objetivas.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais

Art. 37. Compete ao Prefeito Municipal, no prazo de cinco dias úteis, a homologação do resultado final do concurso, à vista do relatório apresentado pelo órgão executor, referendado, quando for o caso, pela Comissão Especial de Concurso (CEC).

§ 1º No relatório mencionado no “caput”, deverão constar informações referentes à realização do certame, bem como prestação de contas das despesas e movimentação bancária, oriundas do mesmo.

§ 2º É de trinta dias corridos o prazo estabelecido para apresentação do relatório previsto neste artigo, contado do primeiro dia útil imediatamente posterior ao término da prova.

Art. 38. Homologado o concurso, o candidato habilitado poderá receber do Município um certificado de sua classificação, com a nota final obtida.

Art. 39. A nomeação dos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos nos respectivos cargos.

§ 1º A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente das médias finais obtidas e constará de listas organizadas por cargo.

§ 2º Em caso de empate terá a preferência sucessivamente, o candidato que:

I - possuir maior idade;

II - possuir maior grau de escolaridade acima do mínimo exigido pelo cargo;

§ 3º Persistindo o empate no critério “idade”, será fixado dia e horário para apresentação dos documentos para desempate, pertinentes ao critério “escolaridade”.

§ 4º Vencidas os critérios previstos nos incisos **I** e **II**, dar-se-á o desempate mediante sorteio, para o qual serão convocados os candidatos naquela situação.

§ 5º A convocação dos candidatos para o provimento dos cargos dar-se-á por publicação de edital no Órgão Oficial do Município.

§ 6º O candidato que deixar de comparecer no prazo estipulado no edital de convocação, será tido como desistente e substituído, na seqüência, pelo classificado imediatamente posterior.

§ 7º É de responsabilidade do candidato aprovado manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 8º Caberá ao órgão competente a elaboração do edital de convocação dos candidatos para provimento dos cargos.

Art. 40. Os candidatos habilitados e classificados concorrerão exclusivamente para as vagas dos respectivos cargos.

Art. 41. A convocação dos candidatos aprovados se dará no interesse e necessidade da Administração.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Finais

Art. 42. Por ocasião da posse o candidato deverá apresentar, sob pena de desclassificação, a documentação comprobatória de atendimento às exigências enumeradas nos incisos de I a VIII, do artigo 9º, deste Regulamento e demais documentos solicitados no Edital de Concurso Público.

Art. 43. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

§ 1º Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

§ 2º Caso seja constatada a inaptidão do candidato, será convocado o próximo habilitado da lista, obedecida a ordem classificação.

Art. 44. A conta bancária para o recebimento do numerário proveniente das inscrições dos candidatos, será aberta em nome da Município de Corumbataí do Sul e movimentada pelo Prefeito e Tesoureiro do Município.

Art. 45. Aos portadores de deficiência física será reservado percentual de vagas conforme estabelecido em Lei.

Parágrafo Único. As inscrições dos candidatos a que se refere o *caput* serão homologadas, após prévia inspeção médica.

Art. 46. A realização do Concurso Público, a critério da Administração Municipal, poderá ser terceirizada.

Art. 47. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso (CEC).